

Ganho salarial diminui pelo segundo mês, aponta Fipe

Por Ana Conceição

O ganho real obtido pelos trabalhadores em convenções e acordos coletivos de trabalho desacelerou pelo segundo mês seguido em fevereiro, de acordo com o boletim Salariômetro, da Fipe. O reajuste foi de 0,6%, ante 0,9% em janeiro e 1% em dezembro. É o menor ganho real desde o 0,4% de abril de 2017. Desde então, todos os reajustes ficaram em torno de 1%. A mediana dos reajustes foi de 2,5% no mês, em termos nominais, contra inflação acumulada em 12 meses pelo INPC de 1,9%. Em janeiro, a mediana foi de 3% e o INPC, de 2,1%. A proporção de acordos com pelo menos reposição da inflação foi de 90,6%, percentual semelhante ao dos meses anteriores. Em fevereiro de 2017, 16% dos reajustes ficaram abaixo da taxa acumulada do INPC. Além da diminuição do reajuste real, houve forte queda das negociações gerais concluídas no mês. Trata-se da negociação de outros aspectos da relação trabalhistas - não salariais - que podem ser acordados a qualquer momento, não necessariamente na data-base. São itens como banco de horas, compensação de feriados, contribuições extraordinárias, entre outros. Em fevereiro, o número de negociações registradas no sistema mediador do Ministério do Trabalho caiu para 2.285, ante 3.136 no mesmo período do ano passado.

Coordenador do Salariômetro, Helio Zylberstajn afirma que neste ano tem sido mais difícil fechar acordos e, principalmente, convenções coletivas. Os acordos são tratados entre uma determinada empresa e seus empregados, as convenções envolvem toda uma categoria. No caso das negociações que envolvem reajuste de salários, a inflação mais baixa torna mais difícil obter aumentos nominais mais expressivos, afirma o economista da Fipe. Já aquelas que envolvem outros itens podem estar sendo afetadas pela reforma trabalhista. "O fim da contribuição sindical gerou um impasse entre trabalhadores, empresas e sindicatos e isso pode estar travando alguns acordos", afirma Zylberstajn, acrescentando que tais avaliações são ainda preliminares. Ele diz que uma ideia mais clara do que está sendo negociado nas convenções e acordos será dada daqui a dois ou três meses, quando o Salariômetro passará a divulgar detalhes desses acordos. "Vamos tabular cerca de 37 itens negociados entre as partes e saberemos quais são os mais recorrentes. As contribuições sindicais estão nesse rol."

A mediana dos pisos negociados em fevereiro foi de R\$ 1.024, 7,33% acima do salário mínimo, de R\$ 954. Nas convenções coletivas, o piso mediano foi R\$ 1.118, e nos acordos coletivos, R\$ 989. Também houve dois acordos de redução de salários, ante 19 em fevereiro do ano passado.

(Fonte: Valor Econômico – 22/03/2018)

1

SP abre 14 mil vagas mas segue longe de reaver os 230 mil postos perdidos

Saldo de empregos foi ao maior nível para janeiro desde 2011, porém, para Fecomércio, melhora precisará ser gradual até o final do ano, para que o setor se recupere da recessão

VIVIAN ITO - SÃO PAULO

As empresas de serviços do Estado de São Paulo iniciaram o ano com reação positiva. Em janeiro o saldo de empregos celetistas foi de 14.608 vagas, o melhor resultado para o mês de janeiro desde 2011. Esta é a primeira etapa para recuperar os 230 mil postos perdidos entre 2015 e 2016. O total de vagas abertas em janeiro foi resultado de 190.376 admissões e 175.768 desligamentos, considerado o maior montante desde fevereiro de 2017. Com isso, o estoque total de empregos do setor no período foi de 7,316 milhões. Os dados fazem parte da Pesquisa de Emprego no Setor de Serviços (Pesp), realizada pela FecomercioSP.

Segundo o levantamento, os setores que mais contribuíram para o desempenho positivo no mês foram os serviços de educação (5,7 mil), administrativos e complementares (2,8 mil) e as atividades médicas, odontológicas e serviços sociais (2,6 mil). Se observado o saldo em 12 meses, os serviços de saúde (17,54 mil), as atividades profissionais, científicas e técnicas (7,21 mil) e administrativas e complementares (4,61 mil) puxam o indicador.

De acordo com o assessor econômico da FecomercioSP, Thiago Carvalho, a tendência é que esta recuperação no número de vagas formais se mantenha ao longo de 2018. “Em 2017 observamos um cenário de recuperação de receita e posteriormente vimos o reflexo no mercado de trabalho com sucessivos saldos positivos. Devemos manter o movimento até pelo desempenho financeiro que temos observado”, explica.

Dados recentes da FecomercioSP mostram que o desempenho da receita também tem se mantido positivo no setor. Em janeiro, a cidade de São Paulo registrou faturamento real de R\$ 30,4 bilhões entre as empresas de serviços, o resultado foi R\$ 2,2 bilhões superior a janeiro de 2017. Esta foi a maior cifra mensal já registrada desde o início da série histórica, em 2010. “O emprego deve acompanhar. Em breve devemos ver a reversão em todas as atividades”, destaca. Em janeiro, os serviços que apresentaram saldo negativo foram transporte e armazenagem (- 2,14 mil) e administração pública, defesa e seguridade social (-662). Em 12 meses, as mesmas atividades apresentaram redução significativa, sendo os serviços logísticos com queda de 3,59 mil vagas e administração pública reduzindo 1,36

INFORME

mil postos. Somando-se a esses, estão as atividades de informação e comunicação (-987), financeiras e seguros (-265) e outros serviços (-4,53 mil).

Segundo ele, entre as atividades que podem ter uma recuperação mais tardia estão as ligadas ao setor de bens duráveis, como o mercado imobiliário, que além de acesso a crédito depende da confiança do consumidor em querer adquirir um bem que comprometa a sua renda futura.

Ainda de acordo com a pesquisa da FecomercioSP, realizada com base em dados do Caged, entre 2015 e 2016 o setor de serviços perdeu 230 mil vagas celetistas. Mesmo que 2018 já represente um grande passo para recuperar este resultado, o economista da federação ressalta que o volume de perdas é grande e não deve ser atingido no ano. “Deve demorar mais um tempo. Pode chegar a demorar dois anos, mas tudo depende da evolução do faturamento e o desenrolar da economia. Se as coisas melhorarem em uma velocidade rápida, podemos ver uma recuperação antes”, destaca.

Ele destaca que o momento deve ser positivo para os profissionais qualificados que perderam seus empregos durante a crise. “Dado a disponibilidade desse profissional, com boa qualificação e que agrega à empresa, muitas companhias deverão aproveitar para buscar esse pessoal”, diz.

Para profissionais com menor qualificação, ele responde que as oportunidades dentro dos serviços estão nas atividades de saúde, que sofreram um pouco menos na crise e iniciaram antes a recuperação. Mesmo que o setor precise de alta qualificação, ainda existem oportunidades, como na área de atendimento, para quem está em busca de novas oportunidades de trabalho.

Indústria 4.0 ainda está longe do patamar ideal

Apesar das recentes medidas de incentivo anunciadas pelo governo, o caminho para atingir o estágio ainda é longo e investimentos são insuficientes para atualizar o parque fabril do País

RICARDO CASARIN - SÃO PAULO

Apesar das recentes medidas de incentivo anunciadas pelo governo, o caminho para a indústria 4.0 no Brasil ainda é longo. De acordo com empresas de automação, os investimentos ainda são insuficientes para atualizar o parque fabril do País. “A produção brasileira é muito defasada. Existe uma série de arestas que precisam ser aparadas para trazer o chão de fábrica atrasado para o 4.0”, afirma o CEO da Roboris, Guilherme Souza.

INFORME

No último dia 14, o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) anunciou em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) a Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 no Fórum Econômico Mundial.

O pacote inclui medidas como alíquota zero para importação de robôs, linhas de crédito à indústria e recursos para fábricas do futuro. Contudo, para Souza, incentivos fiscais teriam um efeito mais relevante.

“O pacote é interessante, mas não causa grandes alterações. Reduzir o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) causaria um impacto muito maior. A solução real passa pela diminuição do custo do produto.”

O diretor-presidente da Motoman, Icaru Sakuyoshi, vê na ação do governo uma tendência para apoiar a indústria, mas aponta outras medidas necessárias. “A principal seria a oferta de linhas de financiamento para pequenas e médias empresas com taxas de juros reduzidas, para que se possa investir em automação.”

Sakuyoshi avalia como positiva a alíquota zero para importação de robôs, mas destaca o atraso do Brasil no segmento. “A China instalou 130 mil robôs em 2017. Aqui não chegamos a dois mil. Não se pode falar de ganho de produtividade e competitividade sem automação.”

Souza entende que os R\$ 30 milhões destinados para o desenvolvimento de novas tecnologias é pouco. “É um valor interessante, mas muito embrionário. Algumas empresas não desenvolvem tecnologia e apenas importam.”

O presidente da ABDI, Guto Ferreira, afirma que o objetivo da agenda é nortear o mercado e que a questão de isenções fiscais não é considerada. “O governo é só um indutor dessa transformação. A indústria precisa investir em tecnologia se quiser se manter competitiva.” A entidade estima que cerca de 5% das indústrias locais se encontram no estágio 4.0 e projeta que 18% alcancem este patamar nos próximos 20 anos. Os setores priorizados seriam têxtil, automobilístico e agronegócio. “São cadeias que têm condições de estar entre os líderes globais”, diz Ferreira.

Ele aponta que outro objetivo da agenda é ajudar o desenvolvimento da manufatura. “O Brasil, dentro de suas dimensões continentais, possui indústrias 1.0, 2.0 e 3.0. É importante evoluir essas empresas para um degrau acima.”

(Fonte: DCI – 22/03/2018)

DECISÕES

DCIwww.dci.com.br

Vendedora reverte demissão

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho deu provimento a recurso de uma ex-vendedora da Valisère para anular pedido de demissão e condenar a empresa a pagar diferenças rescisórias.

Segundo a decisão, o descumprimento da formalidade da homologação da rescisão contratual com assistência do sindicato da categoria anula a demissão do empregado.

Na reclamação trabalhista, a vendedora disse que foi coagida a pedir demissão após retornar da licença-maternidade “e sofrer intensa perseguição pela empresa”.

O juízo da 81ª Vara do Trabalho de São Paulo e o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), no entanto, consideraram válido o pedido.

Segundo o TRT, a falta da assistência sindical gera apenas uma presunção favorável ao trabalhador.

No caso, a empresa apresentou o pedido de demissão assinado pela própria empregada e esta, por sua vez, não comprovou a coação alegada no processo.

No recurso de revista ao TST, a vendedora sustentou que a homologação na forma prevista no artigo 477, parágrafo 1º da CLT é imprescindível e, na sua ausência, seu pedido de demissão deve ser desconsiderado. /**Agências**